

## Ageísmo institucionalizado: uma revisão teórica

*Institutionalized Ageism: A Theoretical Review*

*Discriminación por edad institucionalizada: una revisión teórica*

Selena Mesquita de Oliveira Teixeira  
Luana Elayne Cunha Souza  
Luciana Maria Maia

**RESUMO:** Considerando-se os problemas associados às exigências e padrões sociais que afetam a velhice, investiga-se, por meio de uma revisão teórica, aspectos que colaboram para a institucionalização do preconceito dirigido aos idosos, assim como os estereótipos que sustentam esse processo. O Ageísmo manifesta-se de forma velada, levando as pessoas a conferirem conteúdos positivos a sua percepção individual em relação à velhice, e explicá-lo como fenômeno coletivo.

**Palavras-chave:** Ageísmo; Preconceito; Estereótipos; Idoso.

**ABSTRACT:** *Considering the problems associated with the social demands and patterns that affect old age, a theoretical review of aspects that collaborate to institutionalize the prejudice directed at the elderly, as well as the stereotypes that support this phenomenon, are investigated. The ageism is manifested in a veiled way, leading people to confer positive content to their individual perception in relation to old age and to explain ageism as a collective phenomenon.*

**Keywords:** *Ageism; Prejudice; Stereotypes; Old Man.*

**RESUMEN:** *Considerando los problemas asociados a las exigencias y patrones sociales que afectan a la vejez, se investiga, por medio de una revisión teórica, aspectos que colaboran para la institucionalización del prejuicio dirigido a los ancianos, así como los estereotipos que sostienen ese proceso. El acto se manifiesta de forma velada, llevando a las personas a conferir contenidos positivos a su percepción individual en relación a la vejez y explicar la discriminación por edad como fenómeno colectivo.*

**Palabras clave:** *Discriminación por edad; Perjuicio; Estereotipos; Personas de edad avanzada.*

## **Introdução**

A pesquisa em Psicologia Social, desde os seus primórdios, propõe, como um dos seus focos de investigação, o comportamento social e a influência que estereótipos e preconceitos exercem sobre esse comportamento. O preconceito de idade, ou Ageísmo, pode ser destinado a diferentes grupos de idade, incluindo bebês, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Entretanto, a literatura indica que a maior parte das pesquisas sobre o preconceito de idade associam o termo Ageísmo ao preconceito contra idosos. Considerando-se que o preconceito de idade é, de forma absoluta, mais evidente entre os membros desse grupo etário, optou-se, neste trabalho, por investigar o Ageísmo associado aos idosos (Nelson, 2009; Palmore, 2004).

O termo Ageísmo foi utilizado pela primeira vez em 1969, por Robert Butler, para definir o preconceito relacionado à idade, abrangendo todos os grupos etários que lhe são vulneráveis (Minichiello, Browne, & Kendig, 2000). Posteriormente, Palmore (2004) delimitou o termo ao preconceito e discriminação contra pessoas idosas. Neste sentido, ele é considerado, nas sociedades, o terceiro grande “ismo”, ponderando a existência do racismo e do sexismo (Couto, Koller, Novo, & Soares, 2009).

O Ageísmo se diferencia em dois pontos importantes em relação ao preconceito direcionado a outros grupos de ordem religiosa, étnica e racial. O primeiro ponto de diferenciação compreende o fato de que todos os que viverem o suficiente, um dia, integrarão esse grupo.

O segundo ponto se refere à forma sutil e implícita com que o preconceito contra as pessoas idosas se manifesta, levando-se em conta que, por vezes, o indivíduo não tem um controle consciente sobre o teor preconceituoso do seu pensamento e da ação discriminatória contra os membros desse grupo (Couto, *et al.*, 2009; Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Contudo, cabe salientar que nem sempre os idosos foram notados, como figuras negativas, pela sociedade. Segundo registros bíblicos, pessoas que sobreviviam longos anos eram reconhecidas pela população como prediletas de Deus e que se mantinham vivas por um desígnio divino (Nelson, 2009). No século XVIII, idosos eram vistos com grande respeito, uma vez que ocupavam papéis de poder nas vilas e cidades que habitavam. Em razão da sua maior experiência de vida, os idosos assumiam a função de historiadores e sábios de uma vila; suas memórias eram valorizadas pelos mais jovens, que buscavam ajuda e conselhos para tomar as decisões mais importantes de suas vidas (Branco, & Williamson, 1982).

Alguns acontecimentos históricos foram cruciais para a compreensão de como foram acontecendo as mudanças na forma como as pessoas mais velhas foram sendo vistas pela sociedade. Dentre esses acontecimentos, destaca-se o advento da mídia impressa. A informação e o conhecimento histórico, anteriormente registrados apenas na memória dos idosos, passaram a ser escritos e divulgados em massa. Desse modo, qualquer pessoa poderia ter a posse das memórias sem a necessidade de consultar os anciãos (Nelson, 2009).

Outro acontecimento histórico relevante foi a Revolução Industrial. Nas sociedades primitivas, pré-históricas, agrárias e rurais, que antecederam as sociedades industriais, era comum que muitas gerações de uma mesma família morassem na mesma casa. Nesse contexto, os idosos eram membros essenciais nas decisões familiares. As pessoas mais velhas conviviam com frequência e de maneira mais próxima com os adultos mais jovens e com as crianças, o que servia para estreitar os laços familiares (McCann, & Giles, 2002). Contudo, a Revolução Industrial convocou as pessoas a mudarem rapidamente de moradia e a buscarem obter um emprego externo, em fábricas. Os idosos não atenderam a essas exigências e, em geral, não acompanharam os familiares na mudança de residência ou cidade. Por conseguinte, depois de passarem anos distantes, os membros mais jovens e ativos da família começaram a ressentir-se com os membros mais velhos, pela sua pouca contribuição financeira na manutenção de uma família. Assim, o advento da Revolução Industrial colocou na condição de mais-valia a habilidade da família de adaptar-se ao ritmo de trabalho e de ter maior mobilidade, considerando a necessidade de migrar para onde houvesse oferta de empregos (McCann, & Giles, 2002).

Cuddy e Fiske (2002) reforçam essa ideia quando argumentam que o Ageísmo deve ser compreendido como consequência da mudança das sociedades agrárias para as sociedades industriais. Nesse sentido, essas autoras apresentam a teoria da modernização, a fim de explicar que as transformações na estrutura social colaboraram para reduzir o *status* social do idoso. As autoras ressaltam as principais mudanças que culminaram para a desvalorização do idoso, a saber: a institucionalização da aposentadoria, fazendo com que a possibilidade de contribuição financeira do idoso declinasse consideravelmente; o surgimento de novas especialidades profissionais que se vinculam a avanços tecnológicos; e o enfraquecimento dos vínculos familiares, especialmente pela urbanização e saída dos membros da família de casa por motivos ligados ao trabalho.

Os aspectos anteriormente mencionados seguem influenciando o Ageísmo. Ademais, na sociedade atual, os motivos mais evidentes do Ageísmo vinculam-se à não correspondência e enquadre dos idosos aos padrões socialmente compartilhados, em vista, sobretudo, do ideal de produtividade, do culto à juventude e do avanço de novas tecnologias. Esses padrões excluem e desfavorecem o desenvolvimento do idoso, gerando insegurança e instabilidade, bem como minimizando as possibilidades de esse indivíduo perceber e vivenciar a velhice de forma positiva (Moreira, & Nogueira, 2008; Minayo, Teixeira, & Martins, 2016).

Diante da breve apresentação sobre como se caracteriza o Ageísmo na sociedade contemporânea, faz-se necessário compreender de modo mais aprofundado quais os fatores que podem estar na base do preconceito implícito e sutil contra idosos e, sobretudo, quais as razões que fazem as pessoas hostilizarem um grupo do qual, necessariamente participarão um dia, se até lá viverem. É neste contexto que se insere o objetivo do presente trabalho, que busca investigar os aspectos do cenário contemporâneo que sustentam a criação e manutenção de estereótipos negativos acerca dos idosos, bem como colaboram para a institucionalização desse preconceito contra os idosos.

### **O processo de formação do preconceito**

Segundo Allport (1954), o preconceito pode ser definido como “uma atitude aversiva ou hostil em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente por ela pertencer a esse grupo” (p. 7). Neste sentido, uma vez que o preconceito é uma atitude, ele engloba três componentes: um afetivo, um cognitivo e um comportamental.

O componente afetivo vincula-se às emoções, de ordem positiva ou negativa, sentidas e expressadas frente a uma categoria social.

O componente cognitivo envolve estereótipos na forma de crenças e pensamentos generalizados a respeito de um grupo; assim, compreende um modo de simplificação das ideias que a pessoa forma do mundo.

O componente comportamental é resultante de tais emoções e crenças; entretanto, manifesta-se no campo das intenções quanto a ações de um indivíduo. Nomeia-se discriminação o comportamento propriamente dito, a ação hostil e injustificada destinada aos membros de um grupo (Aronson, Wilson, & Akert, 2015; Techio, 2011).

A partir da definição clássica de preconceito também fica evidente que se trata de um fenômeno social situado no campo das relações intergrupais e, para compreendê-lo, é essencial considerar primeiramente o processo de categorização social. Esse processo consiste em uma característica adaptativa do cérebro humano, tendo em vista que se reconhece uma tendência natural de categorizar objetos por meio de informações anteriormente adquiridas sobre os mesmos.

Assim, entende-se que esse processo natural de categorização não se limita aos objetos, à medida que abrange a percepção social que se estabelece acerca das pessoas, em geral, categorizadas de forma automática. No entanto, categorizar pessoas traz, em si, um terreno impreciso e propício a equívocos e categorizações errôneas (Cuddy, & Fiske, 2002; Nelson, 2009).

Esse tipo de categorização primária influencia a maneira como o indivíduo pensa o outro, tanto pela tendenciosidade de valorização do endogrupo, como pela homogeneização do exogrupo, ambos os processos sendo consequências da categorização social.

Nesse sentido, começa-se a perceber todos os que pertencem a uma mesma categoria como pessoas que compartilham as mesmas características e que, por essa razão, devem ser agrupadas.

Dessa forma, observa-se uma associação simples e, por vezes, arbitrária entre os membros de um grupo que passa a ser visto como um todo diferenciado de outras dimensões e agrupado automaticamente por suas similaridades. Essa categorização automática influencia a percepção e a cognição social, bem como a formação de atitudes e a conservação de conceitos preestabelecidos sobre cada categoria (Nelson, 2009; Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Cabe salientar que a idade é uma pista social relevante para caracterizar pessoas. O processo de categorização social por idade é apreendido desde os primeiros anos de socialização na infância, e passa a integrar o campo perceptual dos indivíduos, tornando-se uma dimensão primária fortemente influente na formação e sustentação de preconceitos. Desse modo, perceber o outro através de categorias embasa o desenvolvimento de estereótipos sobre esses grupos (Nelson, 2009).

A respeito dos estereótipos, Allport (1954, p. 191) esclarece que se referem a “uma crença exagerada associada a uma categoria. A sua função é justificar (racionalizar) a nossa conduta em relação a essa categoria”. Para o autor, o ato de estereotipar é resultante da “lei do menor esforço”.

Em razão da capacidade limitada do ser humano de processar informações complexas, ele busca atalhos cognitivos, a fim de encurtar o caminho para compreensão de um fenômeno, abrindo espaço para os estereótipos através de crenças socialmente compartilhadas e generalizadas.

Devido à quantidade de informações que um indivíduo recebe na sua interação com o mundo, faz-se necessário um comportamento funcional de agilizar e simplificar o entendimento do mundo social que o rodeia, evitando, assim, a sobrecarga de informações.

Todavia, apesar de facilitarem as reações frente ao mundo e evitarem os gastos desnecessários de energia cognitiva para compreensão do que se vive, os estereótipos podem ser positivos, neutros ou negativos. Em geral, estereotipar pode resultar em generalizações incorretas, uma vez que a pessoa pode ter sua visão ofuscada pelo estereótipo, deixando de perceber características pessoais de um indivíduo (Rodrigues, Assmar, & Jablonski, 2009; Monteiro, 2013).

Dessa forma, vale salientar que estereótipos não são apenas formas simplistas de descrever um grupo, mas, sim, estruturas cognitivas que permeiam os modos de pensar e os comportamentos dos indivíduos. Dito de outro modo: os estereótipos são crenças que administram nossas expectativas sobre os grupos sociais, e se referem a uma disposição que o ser humano tem de classificar objetos, eventos e pessoas em categorias (Cuddy, & Fiske, 2002; Pereira, Torres, & Almeida, 2003; Monteiro, 2013).

Existe uma natureza cultural, isto é, socializada na formação e essência dos estereótipos que justifica atitudes preconceituosas e exerce uma força disposicional na discriminação.

A partir disso, o conjunto de crenças que permeiam os atributos pessoais de um grupo atua como regulador da lente pela qual se percebe o outro, direcionando, assim, sentimentos, pensamentos e comportamentos. Consequentemente, são desenvolvidos e fortalecidos estereótipos sobre aqueles grupos. Frente a estereótipos consistentes, desenvolvem-se expectativas sobre os comportamentos dos membros pertencentes a uma mesma categoria. Em geral, essas expectativas são indevidas e resultam em imposições problemáticas sobre os mesmos (Techio, 2011; Monteiro, 2013).

Desse modo, os estereótipos podem ajudar a manter hierarquias e fortalecer a sensação de pertencimento em relação a um grupo. Essa hierarquização se dá através da desvalorização e exclusão dos membros do exogrupo e otimização da autoimagem por meio da valorização do grupo de pertença. De modo frequente, os estereótipos de um exogrupo envolvem concepções negativas e justificam a manutenção de preconceitos (Tajfel, 1981; Fiske, 2000; Cuddy, & Fiske, 2002). Sendo assim, a função essencial dos estereótipos é organizar de forma eficiente, por meio de simplificações e categorizações, a percepção que o indivíduo tem da realidade.

Portanto, os estereótipos são importantes elementos na percepção social, pois constituem estruturas que ajudam o indivíduo a lidar com realidades complexas, operando como guias do funcionamento em sociedade (Allport, 1954; Monteiro, 2013; Stangor, & Schaller, 1996). Contudo, os estereótipos não se limitam a sua função adaptativa e nem a seu caráter automático, tendo em vista que não direcionam obrigatoriamente o indivíduo à simplificação dos grupos e homogeneização de seus membros. Assim, uma avaliação pessoal que não possui um teor preconceituoso poderá também acontecer e barrar a automaticidade e suas consequências nocivas (Bodenhausen, & Macrae, 1998).

Nesse sentido, Devine (1989) esclarece que há uma diferença entre ativação automática e ativação controlada de estereótipos. Para o autor, durante o processo de socialização, o indivíduo apropria-se em crenças socialmente compartilhadas entre diversos grupos. Essas crenças são interpretadas e armazenadas na memória, antes mesmo de passar por uma avaliação crítica. Por essa razão, quando ocorre o contato com pessoas de grupos estereotipados, aquele conteúdo é acionado sem que um indivíduo tenha controle sobre a lembrança resgatada. Isso explica o caráter automático dos estereótipos, que frequentemente implicam consequências nocivas. Em síntese, a informação (no caso, os estereótipos) é evocada de forma automática, mas a consciência pode refutá-la ou desconsiderá-la (Aronson, Wilson, & Akert, 2015).

Mesmo considerando a impossibilidade de controlar o resgate automático dos estereótipos, Devine (1989) explica a ativação controlada, ressaltando que avaliações pessoais posteriores podem colaborar para a negação desses conteúdos, especialmente se estes contrapõem atitudes admiradas socialmente. A pessoa pode refletir sobre o que veio automaticamente a sua mente e reavaliar sua primeira impressão. Quando esse processo é consciente demanda esforço, recursos cognitivos e motivação para responder de forma contrária à resposta automática.

Algumas situações podem colaborar para barrar, mesmo sem investimentos conscientes, a automaticidade dos estereótipos, notadamente a qualidade do vínculo estabelecido com o grupo ou indivíduo hostilizado. Por exemplo, negros em situações de convivência e aproximação afetiva tendem a ser menos hostilizados que os negros que residem em bairros pobres (Devine, & Monteith, 1993). Do mesmo modo, idosos que vivem institucionalizados em casas de acolhimento e abrigos podem ser percebidos como mais velhos e decadentes que idosos presentes na convivência familiar do indivíduo.

Devine e Monteith (1993) colocam que o combate à automaticidade não necessita obrigatoriamente de investimentos conscientes, pois existe uma dimensão das atitudes que não é de modo consciente acessada pelo sujeito. Consiste em traços de experiências anteriores que criam sentimentos e pensamentos favoráveis ou desfavoráveis em relação a objetos sociais. Nesse sentido, torna-se necessário aclarar que o nível controlado de processamento das informações pode não ser ativado, de maneira especial, em condições de ocupação e distração do indivíduo (Aronson, Wilson, & Akert, 2015). É dessa maneira que se insere o Ageísmo implícito, a saber, o preconceito contra os idosos, sem que o próprio indivíduo tenha controle consciente do processo (Levy, & Banaji, 2002).

Os estereótipos, por vezes, são reflexos de uma realidade cultural, e mantidos por forças do mundo social, ou seja, por regras normativas que validam aquilo que é aceitável e permissível (Aronson, Wilson, & Akert, 2015). Constituir-se enquanto sujeito social inserido em uma cultura que comunica direta ou indiretamente que envelhecer é uma constatação lamentável da vida humana, pois representa o declínio do indivíduo em diferentes esferas, induz os idosos a se apropriarem integralmente desses estereótipos (Levy, 2003). Comumente, essa noção de declínio é interiorizada pelo idoso, atingindo a percepção que o mesmo constrói acerca da velhice.

Ademais, enquanto crenças amplamente compartilhadas não somente pelos membros dos outros grupos sociais, mas também pelos próprios membros do grupo-alvo, os estereótipos podem atuar como profecias autorrealizadoras, trazendo consequências nocivas para a longevidade do idoso (Levy, 2003).

A profecia autorrealizadora ocorre quando o indivíduo tem uma expectativa sobre o que a outra pessoa é, o que influencia a maneira como age em relação a ela, o que, por sua vez, faz com que essa pessoa se comporte de modo coerente com as expectativas originais do indivíduo, fazendo com que elas se transformem em realidade (Aronson, Wilson, & Akert, 2015, p. 41).

Em razão dessas expectativas, o indivíduo acaba correspondendo àquilo que esperam dele de acordo com o estereótipo. Por exemplo, o idoso que é visto como incapaz é, por vezes, tratado de forma infantilizada, e acaba por se comportar como uma criança, principalmente por ter tido sua capacidade de cuidar de si deslegitimada (Levy, 1996).

Outro exemplo são os estereótipos de que idosos possuem uma memória limitada. Isso pode ocasionar o desengajamento dos mesmos em tarefas que exijam memorização. Em geral, o idoso sente sua autoestima ameaçada pela possibilidade de não ter um bom desempenho e passa a não investir mais em atividades dessa natureza (Vieira, & Lima, 2013).

Logo, os estereótipos podem trazer consequências negativas ao bem-estar dos indivíduos deturpando a sua autoimagem. No que se refere aos idosos, esse impacto significativo atinge o senso de autoeficácia e a motivação para viver a velhice.

## **A institucionalização do Ageísmo**

As regras normativas variam consideravelmente entre culturas e tempos históricos. Essas normas são aprendidas pelo indivíduo, mesmo que não tenham sido ensinadas diretamente, apenas pelo fato de interagirem e compartilharem uma mesma realidade social. Sociedades que naturalizam informações estereotipadas contribuem para a normatização do preconceito e institucionalização da discriminação (Aronson, Wilson, & Akert, 2015). Torna-se essencial aclarar que, devido à naturalização do preconceito contra idosos, sua propagação acontece de maneira rápida e automática.

Essa naturalização acontece quando as normas sociais não repreendem ou censuram o Ageísmo de forma severa. Sendo assim, em diversas situações, o sujeito sente-se livre para expressá-lo sem impedimentos, haja vista que o grau de suavização social do preconceito autoriza que rotineiramente este seja manifestado sem receios. Desse modo, o preconceito contra um idoso seria mais facilmente expresso que o preconceito contra negros e homossexuais em razão da sua normatividade (Vieira, & Lima, 2013).

Cabe salientar que, apesar dessa naturalização, na maioria das vezes, ainda parece necessário que o Ageísmo seja manifestado de forma velada, principalmente pela tentativa do indivíduo de agir de acordo com os critérios de desajustabilidade social. Observa-se, então, um grande paradoxo, pois as pessoas tendem a atribuir conteúdos positivos a sua percepção particular em relação à velhice, e explicar o preconceito contra idosos apenas como um fenômeno coletivo, isto é, explicado a partir de crenças coletivas. Luna (2010) ilustra tal dissociação em seu estudo feito com universitários brasileiros, no qual 96,2% dos participantes consideram que, no Brasil, existe preconceito contra idosos; no entanto 88,5%, quando questionados a respeito do próprio preconceito, declaram que não são preconceituosos.

Como argumentam Lima e Vala (2004), em decorrência de uma série de transformações históricas e sociais, a exemplo da Declaração dos Direitos Humanos (1948), a condenação da UNESCO às classificações raciais (1950) e vários movimentos sociais importantes, o preconceito passou a ser condenável socialmente, precisando passar por suavizações na forma de ser manifestado. Segundo esses autores, por esse motivo, o preconceito pode revelar-se de forma sutil, obedecendo a critérios e normas sociais vigentes.

Assim sendo, compreende-se que existem normas sociais que inibem a livre expressão de conteúdos antinormativos; por isso, a necessidade de sua manifestação sutil ou implícita. Assim, imposições sociais entram em atrito com pensamentos individuais sobre os membros de um grupo, gerando manifestações implícitas de preconceito, ou seja, as que não ocorrem sob o controle consciente e voluntário de um indivíduo (Lima, 2003).

Sociedades normativas, que condenam fortemente a existência de preconceito e discriminação através de orientações constitucionais e jurídicas, conduzem à necessidade de novas formas de expressão menos explícitas desses fenômenos. Embora exista uma forte pressão ocasionada pelas normas antipreconceito, o preconceito não diminuiu; apenas teve sua expressão pública suavizada ou velada.

Observa-se tão somente uma diminuição do preconceito flagrante, sendo esta explicada pela conformidade à norma (Pereira, & Vala, 2011).

Mediante a criação de leis que criminalizam a discriminação contra grupos minoritários, surgem estratégias ideológicas que driblam as normas antipreconceito. Essas estratégias dissimulam o preconceito e resultam em ações cada vez mais encobertas e menos flagrantes (Pereira, Torres, & Almeida, 2003; Camino, Da Silva, Machado, & Pereira, 2001).

Nesses contextos, em que a norma social claramente proíbe a expressão aberta do preconceito, os atores sociais necessitam justificar suas ações discriminatórias por meio de mecanismos legitimadores; em geral, através de estereótipos que diferenciam os grupos e operam na gênese do preconceito (Crandall, & Eshleman, 2003; Pereira, & Souza, 2016). Essas justificações permitem a manifestação do preconceito sem que haja uma repreensão ou censura social, pois as pessoas utilizam justificativas aparentemente “não preconceituosas” para suas ações (Pereira, & Vala, 2011).

No cenário brasileiro, o preconceito contra os idosos ou Ageísmo, apresenta-se com frequência de forma implícita, sutil e institucionalizada. Formas comuns de tratar a velhice nesse contexto denunciam que esse fenômeno é camuflado em atitudes positivas. Como exemplo, é possível citar a suavização da palavra velho que, por assumir uma conotação negativa ligada à incapacidade e decadência, tem sido constantemente substituída por nomes embutidos de significados positivos (Peixoto, 2007).

Essas suavizações dos nomes são falsas avaliações positivas da velhice, para ocultar noções pejorativas que envolvem as palavras velho, idoso ou velhice. É comum as pessoas usarem expressões como “*terceira idade, boa idade, melhor idade, idade legal, idade dourada*” e equivalentes. Analisadas, essas expressões não passam de eufemismos, usadas de forma não-crítica, para mascarar práticas baseadas em preconceitos” (Neri, 2006 p. 10). Todavia, essas suavizações acabam por reforçar o Ageísmo, à medida que deturpam o sentido da palavra velho e velhice que passam a ser mencionadas como sinônimos de decrépito e caduco, e a utilização de termos suavizados parecem transparecer um sinal de respeito.

Todos esses eufemismos surgem com o propósito de disfarçar a realidade nociva dos estereótipos. Desse modo, mantém-se a falsa sensação de que o preconceito contra os idosos não existe em grandes proporções, negligenciando, assim, esse fenômeno. Algumas expressões como “você tem um espírito de velho” ou “você comporta-se como um velho” são simples exemplos de frases cotidianas que denunciam, em suas entrelinhas, que o uso do termo velho reúne noções ruins que desqualificam um indivíduo (Vieira, & Lima, 2013).

Desse modo, o preconceito pode ser manifestado de maneiras menos evidentes e mais sutis. Por exemplo, por meio da utilização de piadas ou ditos populares envolvendo a velhice. Assim, ações aparentemente desprovidas de intenções nocivas fortalecem estereótipos negativos sobre o grupo-alvo. A sutileza da propagação desses estereótipos é uma estratégia de manutenção do preconceito (Vieira, & Lima, 2015).

Não obstante, mesmo em condições suavizadas, o Ageísmo oferece resultados maléficis aos idosos. Propagar que o idoso está na idade do descanso, ou que na velhice o desejo sexual declina, são exemplos claros e frequentes desse preconceito que passa despercebido e que, por vezes, é internalizado pelo idoso, direcionando suas ações.

Estereótipos vinculados à desvalorização do idoso sustentam o Ageísmo e a discriminação destinados aos membros desse grupo etário. Sendo assim, estereótipos atrelados à incapacidade do idoso fertilizam o terreno para o surgimento do Ageísmo. Toma-se ainda, como exemplo, a infantilização do mesmo, em geral, disfarçada como cuidado afetuoso. Cuidados excessivos e a linguagem infantilizada são atitudes pseudopositivas, pois parecem trazer benefícios aos idosos; contudo, frequentemente ampliam a sensação de incapacidade e desautorizam a sua autonomia (Vieira, & Lima, 2013).

Assiste-se na contemporaneidade uma equivocada comparação entre infância e velhice e entre o idoso e a figura infantil. Tratar o idoso como uma criança apenas o incapacita de ampliar os seus potenciais, trazendo implicações danosas a seu desenvolvimento. Em situações em que essa infantilização é mais flagrante, os idosos também perdem o direito de ter suas opiniões consideradas. Tais opiniões passam a perder o valor, assemelhando-se às opiniões de uma criança que não tem capacidade de refletir criticamente e opinar sobre assuntos importantes, sobretudo para tomar decisões.

Os estereótipos que associam idosos a pessoas dependentes, incompetentes e em declínio, tanto físico quanto mental, direcionam as pessoas mais jovens a tratar as pessoas mais velhas como se fossem crianças. Essa infantilização da velhice pode ter consequências muito sérias (Nelson, 2009). Caporaél (1981) mostrou, em seus estudos, que os jovens falam com idosos, do mesmo modo com que se dirigem a crianças e animais, isto é, com a fala lentificada, a entonação exagerada e simplificação das palavras. Ademais, esse autor constatou que idosos com o funcionamento cognitivo preservado se sentem inferiorizados e insultados com esse tipo de tratamento.

É importante ressaltar que, quando a idade é usada como justificativa para algum tipo de tratamento, seja positivo ou negativo, poderá ativar outros estereótipos, abrindo portas para o preconceito e a discriminação. Cherry e Palmore (2008) colocam, como exemplo em seus estudos, a ideia usualmente compartilhada entre os participantes que dizem “gostar de conversar com idosos por conta de suas idades”. Afirmarões simples como esta podem camuflar uma percepção estereotipada da velhice, pois definir que a conversa com alguém se torna agradável, apenas em razão da sua idade, pode resgatar outros estereótipos, como “idosos conversam muito, pois são carentes de atenção e improdutivos durante o dia”. Sendo assim, o fato de utilizar apenas a idade como critério pode caracterizar um Ageísmo.

Tajfel (1981), ao apresentar a Teoria da Identidade Social, coloca que as identidades pessoais se relacionam inteiramente com a identidade grupal, ou seja, a forma como o indivíduo se vê é fortemente influenciada pela identidade do grupo, de acordo com nível de pertencimento que o indivíduo tem em relação a determinado grupo social. Em geral, o indivíduo utiliza estratégias para manter uma identidade pessoal positiva e, por essa razão, movimenta-se no sentido de qualificar o endogrupo e minorar o exogrupo. Por vezes, de forma consciente ou inconsciente, o sujeito reluta para não integrar um grupo que não facilitará a manutenção de uma visão de si positiva. Assim, na tentativa de enfraquecer a identificação com o grupo, é comum o próprio idoso não se reconhecer como integrante desse grupo e, a partir disso, passar a se dedicar a esconder as marcas físicas do envelhecimento e tentar manter a aparência de jovem (Bodner, 2009; Kite, & Wagner 2002).

Cabe destacar que o Ageísmo se distingue de outras formas de preconceito também pela questão identitária, considerando que os membros do exogrupo um dia se tornarão membros do endogrupo. A ameaça constante de um dia integrar um grupo desvalorizado socialmente é uma das principais causas mantenedoras do Ageísmo. O caráter obrigatório dessa ameaça fará com que o indivíduo ressalte os aspectos positivos de seu grupo atual, desenvolva atitudes negativas a respeito da velhice para tentar distanciar-se dessa realidade e movimente-se para parecer jovem e, assim, identificar-se mais tempo com um grupo admirado socialmente (Macnicol, 2006).

Para se compreender o medo irracional e a hostilidade usualmente voltados ao idoso, um grupo no qual todos supostamente um dia irão integrar, faz-se necessário ressaltar que a velhice projetada na figura do outro poderá apresentar-se como um convite diretivo para reflexão acerca da finitude.

A convivência com pessoas idosas deixa ainda mais vívida a lembrança humana associada à mortalidade e a sua própria condição de ser finito (Nelson, 2009).

Palmore (1999) também ressalta que grande parte do temor associado à velhice vincula-se a sua aproximação com a morte. Nas sociedades contemporâneas, a morte natural é esperada apenas na velhice. A evolução das ciências médicas possibilitou que as mortes naturais passassem a acontecer usualmente na velhice e raramente em outras fases da vida, fato que intensificou a associação entre velhice e morte.

O culto excessivo da aparência jovial e da força corporal podem ser movimentos defensivos para não se deparar com a velhice e a morte. A necessidade em distanciar-se, física e psicologicamente, da velhice é uma forma de se proteger de um futuro temido. Tais mecanismos defensivos tendem a confirmar estereótipos negativos sobre os membros desse grupo, levando em conta que é comum serem consideradas idosas apenas pessoas que apresentam limitações motoras, lentidão, e outras marcas físicas do envelhecimento (Greenberg, Schimel, & Martens, 2002).

Para amenizar o impacto da realidade de fazer parte de um grupo hostilizado, mesmo que em um futuro distante, os membros dessa mesma sociedade tentam suavizar o caráter obrigatório deste destino em comum, a saber, tornar-se velho. Essa suavização, por vezes, se dá através de eufemismos a respeito da velhice, ou como forma de piadas veladas sobre ficar velho. Para Nelson (2009), comportamentos como esses apenas corroboram a institucionalização do Ageísmo, uma vez que se essas mesmas piadas fossem destinadas a outras categorias sociais, como raça e gênero, seriam rechaçadas socialmente.

Outra fonte de explicação advém da religião e da cultura, que são construções humanas que ajudam o indivíduo a lidar com a realidade caótica associada à finitude do ser, ou seja, a acessar o fato de que seu tempo no mundo é restrito. Desse modo, tal noção colabora para o surgimento de uma ilusão de controle do que é incontrolável, a morte (Nelson, 2009).

Conviver com pessoas idosas é estar a todo instante acompanhado do lembrete acerca de um destino em comum, ligado à velhice e à morte. O preconceito destinado à figura do velho aparece como amortecedor desse temido futuro, isto é, como postura defensiva no que se refere aos medos em relação à própria morte. Para tal propósito, constantemente, os mais jovens não utilizam estratégias para barrar o automatismo dos estereótipos e a formação de preconceitos. Desse modo, permanecem distantes da possibilidade de pertença a um grupo pouco estimado socialmente (Nelson, 2009).

Vale ressaltar que há diferenças transculturais acerca desse fenômeno. Esta ideologia que sustenta o Ageísmo não prevalece em todas as partes do mundo. Em geral, observa-se que o Ageísmo é mais propício em sociedades imediatistas e individualistas, que prezam a mudança constante e a busca por inovação, como as sociedades ocidentais.

Em contrapartida, evidenciam-se as culturas orientais que atribuem mais importância aos valores coletivos que dão suporte à sociedade (Nelson, 2009). Em razão dessas diferenças culturais, o Ageísmo encontra um terreno mais fértil em que valorizam o enquadramento do sujeito nos padrões contemporâneos e, por conseguinte, excluem todas aquelas categorias que não atendem tais expectativas, dentre estas, os idosos.

Existe outra característica marcante nas sociedades ocidentais contemporâneas que contribui para a compreensão do Ageísmo. Consiste numa diferença cultural entre sociedades ocidentais e orientais que pode influenciar a forma de lidar com a velhice, a saber, a maneira como cada uma lida com a morte.

No Ocidente, a morte pode significar uma perda de controle pessoal, que desemboca em incertezas e instabilidades. Nesta realidade, não se compartilha com veemência uma ideia sobre o que acontece com a pessoa após a morte. Destarte, a simples lembrança de ser finito pode ser experienciada com grande temor. No Ocidente a morte ainda é permeada por um tabu. Este fato impossibilita que novos sentidos acerca da morte sejam descobertos pelos ocidentais, distanciando-os da experiência de lidar com a morte com naturalidade (Nelson, 2009).

Em contrapartida, as culturas orientais tradicionalmente entendem a vida, e a morte como interligadas, sendo a morte uma parte natural da vida. De fato, a morte não é vista como algo negativo, porque ela significa juntar-se aos seus respeitados antepassados. Em razão dessas diferenças culturais, o Ageísmo encontra um terreno mais fértil em contextos que valorizam o enquadramento do sujeito nos padrões contemporâneos e, por conseguinte, excluem todas aquelas categorias que não atendem tais expectativas, dentre estas, os idosos (Nelson, 2009).

Em suma, algumas exigências do mundo contemporâneo contribuem com a manutenção dos estereótipos acerca da velhice e alimentam a segregação social sofrida pelo idoso nesse contexto.

Desse modo, Schneider e Irigaray (2008), argumentam que:

As concepções de velhice nada mais são do que resultado de uma construção social e temporal feita no seio de uma sociedade com valores e princípios próprios, que são atravessados por questões multifacetadas, multidirecionadas e contraditórias. Na época contemporânea, florescer do século XXI, ao mesmo tempo em que a sociedade potencializa a longevidade, ela nega aos velhos o seu valor e sua importância social (Schneider, & Irigaray, 2008, p. 3).

É importante destacar que a forma como o idoso enfrenta as adversidades que se apresentam na velhice, especialmente as decorrentes de fatores externos dependem dos recursos internos que o mesmo estruturou no seu percurso de vida, e que lhes permitem, em algum nível, elaborar ou atribuir sentidos às experiências negativas que tendem a surgir nessa fase da vida.

### **Considerações Finais**

Ao analisarmos a maneira como a velhice é vista nas sociedades contemporâneas, mergulhamos em uma realidade permeada de preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, usualmente a imagem do velho é depreciada por vincular-se à improdutividade, declínio, incapacidades, morte, dependência e sofrimentos para o sujeito que envelhece e para os que integram o seu ciclo de convivência.

Todas as formas de Ageísmo ocasionam resultados nocivos aos idosos, refletindo principalmente na qualidade das relações, no autoconceito e na sensação de pertencimento e inserção social. O idoso que sofre os efeitos do preconceito e discriminação tende a optar pelo isolamento voluntário por não se sentir acolhido pela sociedade. Para Neri (2006), as consequências negativas podem se estender também à violência psicológica, além de direcionar políticas e práticas sociais excludentes que podem, sobretudo, retirar direitos dos idosos como a inserção no mercado de trabalho e o acesso a novos tratamentos.

É importante reconhecer que o Ageísmo é um fenômeno partilhado no interior da sociedade, produzido no processo de socialização e relacionado às experiências sociais, o qual reflete a imagem, o posicionamento e as relações do idoso na estrutura social.

Desse modo, o Ageísmo enquanto fenômeno, deve ser visto de forma dinâmica e relacionado às tensões decorrentes de normas, discursos, leis e políticas relativas ao idoso. Atualmente, as discussões e mudanças no campo da política, relativas às reformas, trabalhista e da previdência social, forjam novos elementos para investigações futuras acerca da estrutura e da manifestação do preconceito contra o idoso na sociedade brasileira.

Na base da rejeição à velhice encontra-se um primado estético de uma sociedade narcisista, sustentado pelo mito da juventude infindável. Logo, nos deparamos com um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que se deseja viver longos anos e as novas tecnologias não medem esforços para prolongar a vida, rejeita-se de inúmeras maneiras tudo o que vincule o sujeito à figura do velho. O empenho para ampliar a expectativa de vida não condiz com o nível de preparação da sociedade para acolher uma nação de velhos, uma vez que esta não reconhece a significância dos papéis que os idosos desempenham. De forma oponente, vale ressaltar que as outras fases do desenvolvimento humano são apreciadas e planejadas socialmente.

Em condições mais extremas, envelhecer adquire o caráter de descuido e negligência com a própria imagem; por outro lado, a juventude é almejada e valorizada pela população em geral. Assim sendo, a velhice é bem-quista quando esconde os seus marcadores naturais, ou seja, quando passa por uma assepsia que a torna bela, jovem e ativa.

A sociedade da aparência higieniza a velhice e a “vende” como solução para tornar-se um idoso aceito e admirado socialmente. Destarte, a experiência de envelhecer, que é algo natural da condição humana, passa a ser vivenciada como uma enfermidade que deve ser prevenida e evitada de diferentes maneiras. Em geral, parecer “velho” é algo condenado pelo próprio idoso que, por vezes, assume a postura de combatente, e luta contra o percurso inerente à vida.

Mediante as reflexões desse trabalho, fica evidente que o preconceito contra os idosos “parece” não existir com tanta intensidade nas sociedades contemporâneas, pois de um modo acrítico aprendemos desde muito cedo que tudo que se torna velho perde sua utilidade e valor. Desse modo, parece também natural o desagrado à possibilidade de tornar-se velho.

Em razão dessa naturalização, comumente o Ageísmo é manifestado de forma encoberta e sutil ou, em outro extremo, expressado claramente sem nenhuma censura pessoal, principalmente por tratarem de percepções sociais consolidadas por estereótipos positivos e negativos acerca da velhice.

Sendo assim, reconhece-se como essencial que estudos posteriores encontrem formas seguras de investigar o Ageísmo sutil e seus mecanismos legitimadores, pois apenas estudos dessa natureza tornam possível o contato com a realidade atual sobre as novas formas de preconceito contra os idosos.

## Referências

- Allport, G. W. (1954). *The Nature of Prejudice*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2015). Preconceito: causas e curas. In: Aronson, E. (Ed.). *Psicologia Social*. (8ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- Bodenhausen, G. V., & Macrae, C. N. (1998). Stereotype activation and inhibition. In: Wyer Jr. (Ed.). *Stereotype activation and inhibition*, 1-51. Mahwah: Erlbaum.
- Bodner, E. (2009). On the origins of ageism among older and younger adults. *International Psychogeriatrics*, 21(6), 1003-1014. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: doi: 10.1017/S104161020999055X.
- Branco, K. J., & Williamson, J. B. (1982). Stereotyping and the life cycle: Views of aging and the aged. In: Miller, A. G. (Ed.). *In the eye of the beholder: Contemporary issues in stereotyping*, 364-410. New York: Praeger.
- Butler, R. (1969). Age-ism: Another form of bigotry. *The Gerontologist*, 9, 243-246. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: doi: 10.1093/geront/9.4\_Part\_1.243.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: [http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos\\_pub/artigo\\_4.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_4.pdf).
- Cherry, K. E., & Palmore, E. (2008). Relating to older people evaluation (ROPE): A measure of self-reported ageism. *Educational Gerontology*, 34(10), 849-861. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <https://doi.org/10.1080/03601270802042099>.
- Couto, M. P. P., Koller, S. H., Novo, R., & Soares, P. S. (2009). Avaliação de discriminação contra idosos em contexto brasileiro - ageísmo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(4), 509-518. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a06v25n4.pdf>.
- Caporaël, L. R. (1981). The paralinguistic of caregiving: Baby talk to the institutionalized aged. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40(5), 876-884. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.40.5.876>.
- Cuddy, A. C., & Fiske, S. (2002). Doddering but dear: Process, content and function in stereotyping the older person. In: Nelson, T. (Ed.). *Ageism, stereotyping and prejudice against older persons*, 3-26. Cambridge: Bradford Books.
- Crandall, C. S., & Eshleman, A. (2003). A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. *Psychological Bulletin*, 129(3), 414-446. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12784937>.

- Devine, P. (1989). Stereotypes and prejudice: Their automatic and controlled components. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56(1), 5-18. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://dx.doi.org/10.1037/0022-3514.56.1.5>.
- Devine, P. G., & Monteith, M. J. (1993). The role of discrepancy-associated affect in prejudice reduction. In: Mackie, D. M., & Hamilton, D. L. (Eds.). *Affect, cognition, and stereotyping: interactive processes in intergroup perception*, 317-344. San Diego, CA: Academic Press.
- Fiske, S. T. (2000). Stereotyping, prejudice and discrimination at the seam between the centuries: Evolution, culture, mind and brain. *European Journal of Social Psychology*, 30(3), 299-322. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: doi: 10.1002/(SICI)1099-0992(200005/06)30:33.0.CO;2-F.
- Kite, M. E., & Wagner, L. S. (2002). Attitudes toward older adults. In: Nelson, T. (Ed.). *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, 129-161. Cambridge: Bradford Books.
- Greenberg, J., Schimel, J., & Martens, A. (2002). Ageism: Denying the Face of the Future. In: Nelson, T. D. (Ed.). *Ageism: stereotyping and prejudice against older persons*, 27-48. Boston: MIT Press.
- Levy, B. R., & Banaji, M. R. (2002). Implicit ageism. In: Nelson, T. (Ed.). *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, 49-75. Cambridge: MIT Press.
- Levy, B. R. (1996). Improving memory in old age by implicit self-stereotyping. *Journal of Personality and Social Psychology*, 71, 1092-1107. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://livebetterlife.net/wp-content/uploads/2013/09/Levy.pdf>.
- Lima, M. E. O. (2003). Normas sociais e racismo: efeitos do igualitarismo e do individualismo meritocrático na infra-humanização dos negros. Tese de doutorado não publicada. Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). Serão os estereótipos e o preconceito inevitáveis? O monstro da automaticidade. In: Lima, M. E. O., & Pereira, M. E. (Eds.). *Estereótipos, preconceito e discriminação: Perspectivas teóricas e empíricas*, 41-68. Salvador, BA: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Luna, V. (2010). Juventude, velhice e preconceito na perspectiva das representações sociais. In: Luna, V., & Nascimento, Z. (Eds.). *Desafios da psicologia contemporânea*, 49-62. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB.
- McCann, R., & Giles, H. (2002). Ageism in the workplace: A communication perspective. In: Nelson, T. D. (Ed.). *Ageism: Stereotyping and prejudice against older persons*, 163-199. Cambridge, MA, US: The MIT Press.
- Macnicol, J. (2006). *Age discrimination: An historical and contemporary analysis*. Cambridge: University Press.
- Minichiello, V., Browne, J., & Kendig, H. (2000). Perceptions and consequences of ageism: Views of older people. *Aging and Society*, 20, 253-278. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://dx.doi.org/10.1017/S0144686X99007710>.
- Monteiro, M. B. (2013). *Psicologia Social*. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Moreira, V., & Nogueira, F. N. N. (2008). Do indesejável ao inevitável: a experiência vivida do estigma de envelhecer na contemporaneidade. *Psicologia USP*, 19(1), 59-79. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642008000100009>.

- Neri, A. L. (2006). Atitudes em relação à velhice: questões científicas e políticas. *In: Freitas, E. V. P. L., Cançado, F. A. X., Doll, J., & Gorzoni, M. L. (Eds.). Tratado de Geriatria e Gerontologia. (2ª ed. rev. e ampl.), 1316-1323. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.*
- Nelson, T. D. (2009). *Ageism. Handbook of prejudice.* Universidade do Estado da Califórnia: Stanislaus.
- Palmore, E. B. (1999). *Ageism: Negative and positive.* New York, USA: Springer.
- Palmore, E. B. (2004). Research note: Ageism in Canada and the United States. *Journal of Cross-Cultural Gerontology, 19,* 41-46. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:JCCG.0000015098.62691.ab>.
- Peixoto, C. (2007). Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade. *In: Moraes, M., & Barros, L. (Eds.). Velhice ou terceira idade? (4ª ed.), 69-84. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.*
- Pereira, C., & Souza, L. E. C. (2016). Fatores legitimadores da discriminação: uma revisão teórica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 32(2),* 1-10. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e3222222>.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um estudo do preconceito na perspectiva das Representações Sociais: Análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 16(1),* 95-107. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n1/16801.pdf>.
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2011). A legitimação da discriminação em diferentes contextos normativos. *In: Techio, E. M., & Lima, M. E. O. (Eds.). Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito, 363-404. Brasília, DF: Technopolitik.*
- Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (2005). Cognição Social. *In: Rodrigues, A. Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (Orgs.). Psicologia Social, 67-96. Petrópolis, RJ: Vozes.*
- Schneider, R. H., & Irigaray, T. Q. (2008). O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Campinas, SP: *Estudos de Psicologia, 25(4),* 585-593. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>.
- Stangor, C., & Schaller, M. (1996). Stereotypes as individual and collective representations. *In: Macrae, C. N., Stangor, C., & Hewstone, M. (Eds.). Stereotypes and stereotyping, 3-37. New York, USA: Guilford.*
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social Categories: Studies in Social Psychology.* Cambridge: Cambridge University Press.
- Techio, E. M., & Lima, M. E. O. (Eds.). (2011). *Cultura e produção das diferenças: estereótipos e preconceito, 363-404. Brasília, DF: Technopolitik.*
- Vieira, R. S. S., & Lima, M. E. O. (2013). Estereótipos e preconceito contra os idosos. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia Social.
- Vieira, R. S. S., & Lima, M. E. O. (2015). Estereótipos sobre os idosos: dissociação entre crenças pessoais e coletivas. *Temas em Psicologia, 23(4),* 947-958. Recuperado em 30 dezembro, 2017, de: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-11>.

Recebido em 09/06/2017

Aceito em 30/05/2018

---

**Selena Mesquita de Oliveira Teixeira** - Psicóloga, Doutoranda em Psicologia, Universidade de Fortaleza. Mestre em Psicologia, Universidade de Fortaleza. Bolsista pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Integral Diferencial, Facid Devry. Membro do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (LEPES).

E-mail: selenateixeira@hotmail.com

**Luana Elayne Cunha de Souza** - Psicóloga, Doutora em Psicologia Social, Universidade da Paraíba. Mestre em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (LEPES).

E-mail: luana\_elayne@hotmail.com

**Luciana Maria Maia** - Psicóloga, Doutora em Psicologia Social, Universidade da Paraíba. Mestre em Psicologia, Universidade Federal da Paraíba. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (LEPES).

E-mail: lumariamamaia@hotmail.com